



PARECER PRÉVIO Nº 62/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11076/2014.

Apensos: Processo nº 10889/2014, 11421/2014 e 10781/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Manaquiri

4- Exercício: 2013

5- Responsável: Aguinaldo Martins Rodrigues (Prefeito Municipal)

6- Advogado: Não Possui

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 281/2017-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.

9- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Manaquiri. Exercício de 2013.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação da Prestação de Contas do Sr. Aguinaldo Martins Rodrigues, responsável pela Prefeitura Municipal de Manaquiri durante o exercício de 2013;

11- Ata: 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 18 de Dezembro de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (presidente em sessão), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.



PARECER PRÉVIO Nº 62/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Presidente, em sessão

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Auditor-Relator

JULIO CABRAL

Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 62/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 62/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11076/2014.

Apenso: Processo nº 10889/2014, 11421/2014 e 10781/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Manaquiri

4- Exercício: 2013

5- Responsável: Aguinaldo Martins Rodrigues (Ordenador de Despesa)

6- Advogado: Não Possui

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1582/2015-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.

9- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Manaquiri. Exercício de 2013.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Notificação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "a" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas do **Sr. Aguinaldo Martins Rodrigues**, responsável pela Prefeitura Municipal de Manaquiri durante o exercício de 2013, em face das impropriedades apontadas e não sanadas ao longo da Fundamentação do Proposta de Voto;

10.2. Aplicar Multa com fundamento no art. 308, VI, da Resolução n.º 04/02 - TCE/AM c/c art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96, haja vista as impropriedades apontadas e não sanadas na Fundamentação da Proposta de Voto, ao **Sr. Aguinaldo Martins Rodrigues** no valor de R\$ 15.000,00, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não



ACÓRDÃO Nº 62/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 62/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.3. Aplicar Multa** com fundamento no art. 308, V, do RI-TCE/AM c/c art. 54, III, da Lei n.º 2.423/96, haja vista os débitos identificados e não sanados ao longo destes autos, ao **Sr. Aguinaldo Martins Rodrigues** no valor de **R\$ 34.135,98** (trinta e quatro mil, cento e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos) que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.4. Considerar em Alcance** o **Sr. Aguinaldo Martins Rodrigues** no valor de **R\$ 1.279.428,17** (um milhão, duzentos e setenta e nove mil, quatrocentos e vinte e oito reais e dezessete centavos) que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Manaquiri em razão dos danos identificados pela DICAMI através do Relatório Conclusivo n.º 108/2014 - DICAMI (fls. 2382/2429). O recolhimento deverá ser feito no prazo de 30 dias;

- 10.5. Considerar em Alcance** o **Sr. Aguinaldo Martins Rodrigues** no valor de R\$ 1.488.548,97 (um milhão, quatrocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e quarenta e oito reais e noventa e sete centavos) e que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Manaquiri em razão das improbidades apontadas pela DICOP através do Relatório Técnico de Vistoria Conclusivo (fls. 1220/1282). O recolhimento deverá ser feito no prazo de 30 dias.

- 10.6. Determinar** à DICREX que autue cobrança executiva em desfavor do **Sr. Aguinaldo Martins Rodrigues** caso não haja recolhimento dos valores da condenação às esferas de arrecadação competentes no prazo estipulado;



ACÓRDÃO Nº 62/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 62/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

- 10.7. Notificar o Sr. Aginaldo Martins Rodrigues**, ex-Prefeito do Município de Manaquiri, a atual gestão do Executivo Municipal e a Câmara Municipal de Manaquiri, acerca do desfecho atribuído a estes autos;
- 10.8. Dar ciência** ao douto Ministério Público do Estado do Amazonas sobre o desfecho atribuído a esta Prestação de Contas encaminhando-lhe cópia em mídia deste feito, a fim de que tome, se assim entender, as medidas cabíveis em face do **Sr. Aginaldo Martins Rodrigues**, ex-Prefeito do Município de Manaquiri.
- 11- Ata:** 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 18 de Dezembro de 2018
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello.(presidenten em sessão), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.
- 13.1. Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.
- 14- Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheira-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral